

HISTÓRIAS NA PONTA DA AGULHA



Entre as dificuldades enfrentadas no atendimento de vítimas de acidentes envolvendo grandes corporações, a advogada Tchenna Maso, integrante do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) destacou a dificuldade no encaminhamento de questões ligadas à mulher. “(No caso de Brumadinho) nas primeiras mesas de negociação, os homens, que participavam mais do processo, não estavam preocupados com as questões de autonomia financeira das mulheres. Como a gente já tinha vivido isso (no rompimento de barragem em Mariana) tivemos que brigar com os próprios atingidos para que fossem garantidos esses aspectos”, diz. O coletivo feminino do MAB usou as arpilleras para ajudar nesse trabalho.

Arpillera é como são chamados os sacos de juta em espanhol. Nos anos da década de 1960, passou a designar também um tipo de bordado feito sobre sacos velhos de aniagem, que de alternativa de renda para as mulheres de uma pequena vila de Isla Negra, no litoral central do Chile, foi parar nos museus de Paris, São Paulo, Miami e Suíça, expostos como um tipo es-

pecial de arte, hoje bastante valorizada. Nascida da necessidade, essa arte ajudou, uma década depois, a contar a história dos desaparecimentos políticos ocorridos durante a ditadura de Augusto Pinochet. “Isso serviu para a Comissão da Verdade e da Justiça resgatar várias histórias da periferia chilena. Inspirada nessa técnica, nós do MAB também começamos a trabalhar com as nossas mulheres atingidas, para elas contarem esse universo de subjetividade e a gente poder reconstruir essas violações”, disse.

Esse trabalho está documentado no filme *Arpilleras – atingidas por barragens bordando a resistência*, produzido pelo coletivo feminino do MAB. Com narração de Dira Paes, o filme traz depoimentos de dez mulheres, lideranças femininas marcantes, que tiveram seus cotidianos violados e suas vidas destruídas por barragens em cinco regiões diferentes do país. O fio condutor é uma tela de juta, onde está desenhado um mapa do Brasil. Sobre ele e na região correspondente, cada uma “bordou” sua história, criando no final um mosaico colorido com relatos de dor e superação.

ALTAMIRA – PARÁ A VIDA ANTES E DEPOIS DA BARRAGEM

De Altamira, no Pará, na região Norte do País, falam Maria Alacídia da Silva Mota (foto), Maria de Fátima da Conceição Alvarez e Elaine C. S. Melocentro, atingidas pela construção da Usina de Belo Monte. As três dizem que suas vidas sempre foram muito marcadas pelo rio e contam como a remoção provocada pela barragem impactou em suas vidas e relações. “A gente sempre diz que olhar para o Xingu é ver o infinito”, diz Alacídia, que costumava se sentar na beira do rio para espantar a tristeza. “Hoje não faço mais isso, porque o rio mudou”, diz. A costureira Maria de Fátima, a Fatinha, divide sua vida em antes e depois da barragem. “Tive uma parte da minha vida muito boa aqui. Sofri para criar meus filhos, mas foi maravilhoso. Eu criei. E tem essa outra que a gente está passando agora que é a fase da barragem”, afirma com ar grave. Ela até admite que conseguiu uma casa melhor para morar, mas diz que não tem trabalho onde está. “Ficou muito difícil. Faço o que aparece: peças a R\$ 3,00, R\$ 5,00... depende da quantidade”.

Elaine, amiga inseparável de Fatinha, reclama da distân-



cia entre as duas depois de reassentadas. “Tentamos uma casa ao lado da outra, mas não deu. Nossa amizade não vai diminuir por isso, de jeito nenhum”, garante. Alacídia e sua filha vivem uma situação semelhante, porém com consequências mais graves. “É chocante onde eu estou e onde ela está. Todo mundo

saiu, só ficou ela”, conta Alacídia, sentada ao lado da filha na varanda pequena do barraco, isolado na beira da estrada. E continua: “Ela sofre, quem é que não sofre de ver tirar todos os seus vizinhos e ficar só você? Só você em um lugar de risco”. A casinha em que a filha vive com a neta foi invadida e há ocorrências frequentes no local, de estupros e assaltos. “Aqui roubou o celular. Ainda bem que foi só isso”, diz, enquanto a filha enxuga as lágrimas. Em outra cena, em volta da mesa com a família, a mãe de Alacídia, em idade já avançada, reclama da insalubridade da nova casa, no reassentamento. “Onde nós morávamos era muito mais sadio”, diz. E se conforma. “Eu sei que morro com esse sonho de viver em um lugar mais amplo, um lugar mais especial assim, sentindo aquele cheiro de carbono e de mata. Acho que não vou alcançar mais”.

MINAÇU E CAMPINOTE – GOIÁS TIRARAM TUDO DE MIM

A construção de uma barragem entre os rios Tocantins e Carmo, em Goiás, tirou Patrícia José de Souza e Sebastiana Castilho, a dona Tiana (foto), do garimpo, sem nenhum tipo de compensação ou indenização. “Eles tiraram o local da gente trabalhar e a nossa renda, tiraram tudo. Hoje eu falo que ela (a barragem) tirou tudo de mim. Tirou até meu esposo”, conta dona Tiana. Patrícia explica que a família perdeu o pai para o alcoolismo. “Por mais que a gente tentou tirá-lo, ele já tinha ido. Porque ele queria ir garimpar, ele queria fazer o que gostava, mas isso já não fazia mais parte da nossa vida. Foi muito triste e vamos carregar isso por toda a vida”, diz Patrícia. A violência, aqui, vem da polícia. “Naquele tempo a polícia batia muito no povo, a polícia da barragem”, conta.

A barragem serve à Usina Hidrelétrica (UHE) de Cana Brava, construída no Brasil por uma corporação internacional, abaixo de outra usina, a UHE Serra da Mesa. Na área estão os municípios de Colina do Sul, Cavalcante e Minaçu, onde viviam comunidades remanescentes de quilombo Kalunga e uma Terra Indígena Avá-Canoeiro, comunidades diretamente afetadas. Dona Tiana e Patrícia fazem parte do grupo de 986 famílias de garimpeiros, produtores e trabalhadores rurais



sem terra que tiveram seus locais de moradia e trabalho inundados, e grande parte ainda não recebeu qualquer tipo de compensação. Segundo informações do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), as poucas indenizações distribuídas até 2005 giravam em torno de cinco mil reais, com casos de indenizações de 500 reais e até de 39 reais.

Em 2018, o Ministério Público Federal entrou com uma ação civil pública para obrigar a empresa a planejar ações de mitigação e realizar estudos e levantamentos para o pagamento de indenizações. A Justiça Federal concedeu uma liminar no mesmo ano, determinando prazos para entrega dos relatórios e o depósito em juízo de 1% do valor mensal do faturamento bruto da UHE desde junho de 2002, com correção monetária, para garantir o pagamento de eventual indenização calculada em razão dos impactos sociais e ambientais do empreendimento. Além do alagamento não autorizado da terra indígena da comunidade Avá-Canoeiro, a barragem expulsou diversas comunidades quilombolas de suas áreas tradicionais, sem que houvesse levantamento prévio e adequado das famílias impactadas. Atividades de garimpo, extração mineral e agropecuárias também foram inviabilizadas.

ALAGAMAR – CEARÁ E O JAGUARIBARA VIROU MAR. SÓ QUE NÃO.

Margarida e Marina viram o sertão de Jaguaribara virar mar e virar sertão novamente. Localizado no Ceará, o Açude Público Padre Cícero, chamado pela população Açude do Castanhão, é o maior para múltiplos usos do Brasil, com capacidade para armazenar 6,7 bilhões de metros cúbicos de água. Foi construído entre 1995 e 2002 por meio de uma parceria entre Secretaria de Recursos Hídricos do Ceará e o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) como a solução definitiva para a seca na região. Não foi assim que aconteceu, e a partir de 2013, 11 anos depois, a cidade da Margarida e da Marina, que havia sido submersa pelas águas, começou a aparecer sobre a linha d'água. “Foi muito



doloroso (sair daqui). Como aquela história: o sertão que virou mar. O Jaguaribara virou mar e esse mar virou deserto”, diz Margarida, andando onde antes ficava sua casa, já completamente seco. Ela reclama que o canal do Castanhão leva água para Fortaleza e para as indústrias do Porto do Pecém, e que a comunidade não tem acesso. A seca dos últimos anos baixou o nível do açude a menos de 10% de sua capacidade e hoje, ele depende da transposição das águas do São Francisco para recuperar a sua capacidade original. As águas do São Francisco chegaram ao Ceará em junho e em 20 de agosto, começaram a sair do reservatório de Jati em direção ao Castanhão, a 350 km de distância.

BARRA LONGA E GESTEIRA – MINAS GERAIS DEPOIS DE CONHECER O MONSTRO

Do Sudeste, o documentário traz Marta Castana do Espírito Santo, de Barra Longa, e Simone Maria da Silva, de Gesteira (foto). Elas contam como sobrevivem depois do desastre de Mariana, provocado pelo rompimento de uma barragem de rejeitos de mineração da Vale-Samarco, tema da palestra de Tchena na mesa *Crimes ampliados: Samarco, Vale e cidade de Barcarena, expressões dramáticas recentes da ganância do capital e da falácia da gestão como solução*. “Vivi em Gesteira até a metade da minha adoles-



cência. Meu avô às vezes falava assim: - Tem um negócio aí para cima que se estourar acaba com nós”, lembra Simone. Ela chama a barragem de monstro. “Devorador de almas, de pessoas, de lazer, de famílias, de saúde. Posso dizer com certeza absoluta porque estou aqui com minha filha no braço, toda cheia de bolhas no corpo de alergia da lama”, diz. Não há previsão para o reassentamento dos moradores de Gesteira e tanto Simone quanto Marta, reclamam da falta de transparência nas ações de reparação.

LINHA ITAÍBA – MARMELEIRO, PARANÁ PIONEIRISMO

Claídes Helga Kohwald é agricultora no Sul do Brasil, pioneira no movimento que foi a gênese do MAB e que conseguiu o primeiro reassentamento de atingidos por barragem no Brasil. Ela faz parte de um grupo formado por 32 famílias expulsas de Itá, em Santa Catarina; e Aratiba, no Rio Grande do Sul pela barragem da Usina Hidrelétrica do Itá, no Rio Uruguai. O grupo foi reassentado em Marmeleiro e Mangueirinha, no Paraná, dando origem à comunidade da Linha Itaíba.

Claídes foi a única mulher, entre os 120 homens, a participar



das negociações com a Eletrosul. “Era uma decisão da mãe. Nunca ninguém disse: ô mãe, vai por nós. A mãe ia e sabia que tinha que fazer aquilo, porque era uma liderança”, conta o filho. Hoje a Linha de Itaíba, que comemorou 30 anos em 2019, tem 57 famílias que produzem leite, fumo e soja principalmente. O documento que garantiu o reassentamento em uma região semelhante à de origem, assinado em 27 de outubro de 1987, é usado como modelo até hoje. O nome do reassentamento remete à origem de seus moradores, que residiam em Itá/SC e Aratiba/RS.



Cromáticas artesãs da Iã

A história das bordadeiras de Isla Negra começa em 1966 pelas mãos de Leonor Sobrino, que abre uma classe de economia doméstica na Associação de Vizinhos da aldeia. Sua ideia era criar uma alternativa de renda para as famílias, que tiravam seu sustento da pesca e da agricultura. Começou levando um tear e lãs, mas o resultado foi muito ruim. No *site* que reúne as principais artesãs em atividade e o acervo produzido desde então, há um depoimento de Leonor sobre a primeira tela:

“Um dia, uma das mulheres trouxe um trabalho de tear, bastante mal feito, e quando me viu desconsolada, disse: - Te bordo algo. - Qualquer coisa, respondi, pensando que não teria remédio. Bordou umas flores, e as fez tão primitivas, que pensei: mas sim! Esta mulher é uma pintora naïf”. As pintoras naïf mudaram a história da aldeia, ajudaram seus maridos no sustento da família e mostraram ao mundo uma arte genuína e ligada de forma profundamente orgânica à comunidade e à vida delas próprias.

A primeira exposição acontece em 1969, no Museo de Bellas Artes do Chile. Todos os tapetes foram vendidos. As exposições se espalham, então, por outras cidades do país até que em 1972, a folclorista Violeta Parra expõe uma série

de arpilleras de sua autoria no departamento de Artes Decorativas do museu do Palácio do Louvre, em Paris, o que ajudou a divulgar a arte no mercado internacional. No ano seguinte, os tapetes chegam ao Brasil, em uma exposição na 12ª Bienal de São Paulo. Depois no Metropolitan Museum of Art, em Miami, nos Estados Unidos, e em Genebra, na Suíça, no Musée de L'Athenée.

Mais conhecida como a residência do poeta Pablo Neruda, que morou lá de 1939 até sua morte, em 1973, Isla Negra não é exatamente uma ilha, mas uma localidade da comuna de El Quisco, batizada pelo poeta. Ao comprar a casa, que ficava cercada por pedras negras que despontavam no terreno, ele a chamou de “Casa de Isla Negra” e o nome terminou se estendendo para a aldeia. Hoje é uma atração turística singular do litoral chileno, pequena e de forte personalidade. Há um projeto de preservação da memória e de divulgação da arte das arpilleras que reúne 30 bordadeiras e a desenhista Sofia Hott, financiado pelo Conselho Nacional da Cultura e das Artes, que pode ser visto no endereço: <http://www.bordadorasdeislanegra.com/>